ReGeo ISSN: 2177-3246

O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO MANEJO DE TRANSTORNOS MENTAIS NA INFÂNCIA

THE ROLE OF HEALTH PROFESSIONALS IN THE MANAGEMENT OF MENTAL DISORDERS IN CHILDHOOD

EL PAPEL DE LOS PROFESIONALES DE LA SALUD EN EL MANEJO DE LOS TRASTORNOS MENTALES EN LA INFANCIA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n9-125

Data de submissão: 21/08/2026 **Data de publicação:** 21/09/2026

Barbara Santana Gomes
Graduanda em Enfermagem
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)
E-mail: barbarasantanagomes@gmail.com

Helio Romano Neto
Médico Pós Graduando em Psiquiatria
Instituição: Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
E-mail: romano.helioneto@gmail.com

Mylena Romano
Engenheira Agrônoma Mestre em Viticultura e Enologia EuroMaster
Instituição: Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa
E-mail: mylena.romano@gmail.com

RESUMO

Considerando que os transtornos mentais na infância apresentam prevalência crescente e caráter multifatorial, envolvendo aspectos biológicos, psicológicos e sociais, e que o reconhecimento precoce desses quadros ainda é pouco frequente na prática clínica, torna-se relevante discutir o papel dos profissionais de saúde nesse processo. Objetiva-se analisar o papel dos profissionais de saúde no reconhecimento, manejo e acompanhamento de transtornos mentais infantis, enfatizando a atuação multiprofissional e integrativa na identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico e na promoção da saúde mental pediátrica. Para tanto, procedeu-se a uma revisão integrativa da literatura realizada nas bases SciELO entre junho e julho de 2026, utilizando descritores controlados em português e inglês. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2026. Desse modo, observa-se que o manejo dos transtornos mentais infantis exige do profissional de saúde uma escuta sensível às particularidades de cada criança, sendo os transtornos ansiosos, o TDAH e o TEA os quadros mais debatidos na literatura, cada um demandando abordagens específicas. Destaca-se também a centralidade da família no processo terapêutico, a responsabilidade envolvida na psicofarmacologia pediátrica e a associação entre traumas na infância e adoecimento psíquico na vida adulta. O que permite concluir que o diagnóstico precoce, o manejo humanizado e a articulação multiprofissional são elementos essenciais para qualificar a assistência em saúde mental pediátrica, reforçando a necessidade de capacitação continuada dos profissionais envolvidos nesse cuidado.

Palavras-chave: Saúde Mental Infantil. Transtornos Mentais. Profissionais da Saúde. Pediatria. Psicofarmacologia.

ABSTRACT
Given the increasing prevalence of childhood mental disorders and multifactorial nature, involving biological, psychological, and social aspects, and that early recognition of these conditions remains uncommon in clinical practice, it is important to discuss the role of health professionals in this process. This study aims to analyze the role of health professionals in the recognition, management, and follow-up of childhood mental disorders, emphasizing the relevance of multiprofessional and integrative practice in the early identification of signs of psychological distress and in the promotion of pediatric mental health. To this end, an integrative literature review was conducted using the SciELO database between June and July 2026, employing controlled descriptors in Portuguese and English. Articles published between 2020 and 2026 were included. Thus, it is observed that the management of childhood mental disorders requires health professionals to engage in sensitive listening to the particularities of each developing child, with anxiety disorders, ADHD, and ASD being the most discussed conditions in the literature, each demanding specific approaches. The central role of the family in the therapeutic process is also highlighted, along with the responsibility involved in pediatric psychopharmacology and the association between childhood trauma and psychological distress in adulthood. It can be concluded that early diagnosis, humanized management, and multiprofessional coordination are essential elements for enhancing pediatric mental health care, reinforcing the need for continuous training of the professionals involved in this care.

Keywords: Child Mental Health. Mental Disorders. Health Professionals. Pediatrics. Psychopharmacology.

RESUMEN
Considerando la creciente prevalencia de los trastornos mentales en la infância y un carácter multifactorial, que involucra aspectos biológicos, psicológicos y sociales, y que el reconocimiento precoz de estos cuadros aún es poco frecuente en la práctica clínica, resulta relevante discutir el papel de los profesionales de la salud en este proceso. Este estudio tiene como objetivo analizar el papel de los profesionales de la salud en el reconocimiento, manejo y seguimiento de los trastornos mentales infantiles, enfatizando la relevancia de la actuación multiprofesional e integrativa en la identificación precoz de señales de sufrimiento psíquico y en la promoción de la salud mental pediátrica. Para ello, se realizó una revisión integrativa de la literatura en la base de datos SciELO entre junio y julio de 2026, utilizando descriptores controlados en portugués e inglés. Se incluyeron artículos publicados entre 2020 y 2026. De este modo, se observa que el manejo de los trastornos mentales infantiles exige del profesional de la salud una escucha sensible a las particularidades de cada niño en desarrollo, siendo los trastornos de ansiedad, el TDAH y el TEA los cuadros más debatidos en la literatura, cada uno demandando abordajes específicos. Se destaca también el papel central de la familia en el proceso terapéutico, la responsabilidad involucrada en la psicofarmacología pediátrica y la asociación entre traumas infantiles y el padecimiento psíquico en la vida adulta. Lo que permite concluir que el diagnóstico precoz, el manejo humanizado y la articulación multiprofesional son elementos esenciales para mejorar la calidad de la atención en salud mental pediátrica, reforzando la necesidad de capacitación continua de los profesionales involucrados en este cuidado.

Palabras clave: Salud Mental Infantil. Trastornos Mentales. Profesionales de la Salud. Pediatría. Psicofarmacología.

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, foi possível observar um aumento na predominância de doenças mentais na população pediátrica das mais diversas formas e etiologias. A prevalência de questões associadas à saúde mental, segundo o público infanto-juvenil, varia entre 10% e 31%, já em países desenvolvidos, pode variar entre 7,6% e 27,2% (Bianchi *et al*., 2024).

Além disso, a saúde mental na infância e adolescência representa uma questão de crescente urgência mundial, uma vez que crianças e adolescentes representam, respectivamente, 30% e 14,2% da população global. Adiciona-se a isso o fato de que metade dos adultos com transtornos mentais apresentou os primeiros sintomas ainda antes dos 15 anos de idade, demonstrando a necessidade de cuidado precoce à saúde mental nessas fases do desenvolvimento humano (Silva *et al.,* 2021).

Os transtornos mentais mais comuns documentados na faixa etária pediátrica estão relacionados com quadros de ansiedade, hiperatividade, distúrbios de comportamento e depressão. Geralmente, essas queixas são trazidas à tona de maneira indireta pelo paciente, seja pelo modo dele se expressar e postar-se na entrevista pediátrica, seja por meio das informações adquiridas via terceiros, principalmente pelos pais, responsáveis legais e pela escola (Silva *et al.,* 2021).

O desenvolvimento neuropsiquiátrico no período infantil está em constante transformação e evolução, sendo influenciado por diversos fatores biológicos, psicológicos e sociais. Sendo assim, a elaboração de critérios diagnósticos rígidos e inflexíveis torna-se um desafio, visto a complexidade e volatilidade das alterações psicológicas nas crianças, posto que uma alteração pode ser considerada normal numa faixa etária específica e após 1 ano ser considerada alterada (Silva *et al.*, 2023).

Desta maneira, é necessário avaliar não somente critérios clínicos objetivos mas também o aspecto subjetivo, caracterizando a presença ou ausência de sofrimento psíquico e o impacto na qualidade de vida e nas funções adaptativas e criativas da criança. Por isso, é fundamental realizar uma abordagem ampla e meticulosa que avalie o paciente como um todo (Silva *et al.*, 2023).

Portanto, o cuidar em saúde mental depende que os profissionais de saúde que o abrangem reconheçam o outro como sujeito único, inclusive quando o cuidado for ofertado a crianças, que apesar de serem indivíduos em desenvolvimento, são muito suscetíveis a agravos psiquiátricos. Esta demanda exige que o profissional de saúde esteja apto a realizar a identificação e o manejo de transtornos mentais em pacientes pediátricos (Bianchi *et al*., 2024).

Diante dessa exigência, os profissionais de saúde que atuam no cuidado ao público infantil, sobretudo enfermeiros e médicos pediatras, ocupam papel fundamental na promoção da saúde mental e emocional da criança, uma vez que estão em contato direto e contínuo com o processo de desenvolvimento infantil desde os primeiros dias de vida. Por este motivo torna-se importante que

ocorra a discussão acerca do trabalho dos profissionais que atuam neste nicho, a fim de aprimorá-lo e valorizá-lo o suficiente (Oliveira e Serralha, 2023).

Dessa forma, torna-se importante citar também que o conhecimento que os profissionais de saúde da área infantil possuem, abrange não apenas os aspectos orgânicos gerais da pediatria, mas também a compreensão da saúde emocional e da constituição psíquica do sujeito. Nesse contexto, o profissional pode identificar precocemente riscos no desenvolvimento emocional e orientar as famílias para favorecer o amadurecimento psíquico da criança (Oliveira e Serralha, 2023).

Diante do exposto, nota-se que a saúde mental infantil constitui um campo complexo e multifatorial, que tende a exigir dos profissionais de saúde não apenas conhecimento técnico sobre os transtornos mentais mais prevalentes nessa faixa etária, mas também sensibilidade para reconhecer as particularidades de cada criança em desenvolvimento. Assim, compreender o papel desses profissionais no manejo da saúde mental pediátrica torna-se essencial para qualificar a assistência prestada, favorecendo diagnósticos mais precoces, intervenções mais eficazes, e um cuidado verdadeiramente integral à criança e ao adolescente.

2 JUSTIFICATIVA

Cuidar da saúde mental na infância exige dos profissionais de saúde uma compreensão que vai além dos aspectos biológicos do desenvolvimento, alcançando também as dimensões psicológicas e sociais envolvidas nesse processo. Ainda sim, observa-se que, na prática clínica cotidiana, o reconhecimento precoce dos transtornos mentais infantis permanece pouco ocorrente, o que favorece diagnósticos tardios e compromete o cuidado adequado à criança em momentos cruciais de seu desenvolvimento psíquico.

Os dados da literatura revelam a magnitude do problema em discussão. Estima-se que boa parte da população infanto-juvenil apresente algum tipo de sofrimento relacionado à saúde mental, sendo os transtornos de ansiedade, a hiperatividade, as alterações comportamentais e a depressão, as questões mais frequentemente identificadas nessa fase da vida. Chama atenção, ainda, o fato que metade dos casos de transtornos mentais diagnosticados na vida adulta apresentou seus primeiros sinais antes dos 15 anos, o que evidencia a infância e a adolescência como um período decisivo para a intervenção e a prevenção de futuros agravos.

Soma-se a isso a natureza do desenvolvimento neuro psiquiátrico infantil, marcado por constantes transformações que dificultam a padronização de critérios diagnósticos rígidos. Um comportamento considerado típico da faixa etária pode, meses depois, representar um sinal de alerta,

tornando indispensável que o profissional de saúde realize uma escuta clínica atenta às particularidades de cada criança, e não apenas aos parâmetros objetivos comumente utilizados na pediatria.

Diante desse cenário, cabe aos profissionais que atuam no cuidado infantil, sobretudo pediatras e enfermeiros, estarem em contato direto e contínuo com a criança desde os primeiros anos de vida e desenvolverem o domínio não apenas do cuidado com a saúde física, mas também da promoção da saúde emocional dos pacientes pediátricos. Com isso, o profissional desenvolve esta habilidade a partir da incorporação da prática clínica com uma sensibilidade capaz de identificar sofrimentos psíquicos muitas vezes silenciosos, bem como de orientar as famílias na construção de ambientes favoráveis ao amadurecimento emocional da criança.

Assim, a realização deste estudo se dá pela relevância de discutir, de forma aprofundada, como os profissionais de saúde podem ser capacitados e valorizados no manejo dos transtornos mentais na infância. Espera-se, com isso, contribuir para a construção de práticas clínicas mais atentas às demandas emocionais infantis, promovendo intervenções mais precoces, humanizadas e efetivas no cuidado à saúde mental de crianças.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o papel dos profissionais de saúde no reconhecimento, manejo e acompanhamento de transtornos mentais infantis, enfatizando a relevância da atuação multiprofissional e integrativa na identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico e na promoção de saúde mental pediátrica.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as principais competências e estratégias que os profissionais de saúde devem desenvolver para o reconhecimento precoce de agravos em saúde mental em crianças;
- Caracterizar os transtornos mentais mais prevalentes na infância e suas particularidades clínicas e comportamentais, com o intuito de auxiliar o reconhecimento e manejo adequado por parte da equipe de saúde;
- Analisar a importância da equipe multiprofissional no acompanhamento e monitorização desde os primeiros anos de vida no desenvolvimento emocional pediátrico;
- Evidenciar a relevância do diagnóstico precoce e do manejo adequado para a qualificação prestada aos pacientes com transtornos mentais na faixa etária pediátrica;

- Descrever o papel dos profissionais de saúde na psicofarmacologia pediátrica, abordando os critérios, riscos e responsabilidades na prescrição de psicofármacos nessa faixa etária;
- Discutir o papel dos profissionais de saúde na orientação das famílias e responsáveis legais, visando efetivar a consciência em saúde mental e promoção do bem estar infantil;
- Debater sobre os desafios inerentes ao diagnóstico e manejo de transtornos mentais na infância, considerando a volatilidade e singularidade do desenvolvimento neuropsiquiátrico;

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste em uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita a análise crítica da produção científica disponível acerca de determinada temática. Essa abordagem permite sintetizar o conhecimento existente, identificar lacunas na literatura e apontar possíveis direcionamentos para a prática clínica e para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

A busca dos estudos foi realizada entre os meses de junho e julho de 2026, por meio de descritores controlados dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e do Medical Subject Headings (MeSH), combinados com os operadores booleanos AND e OR. O acesso às bases de dados ocorreu por meio do Portal de Periódicos CAPES, sendo realizadas buscas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e PubMed. Para refinar a seleção dos estudos, foram empregadas estratégias de busca utilizando descritores e termos-chave relacionados à temática, como “psiquiatria infantil”, “profissional de saúde infantil” e “saúde mental infantil”, entre outros.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos científicos originais, contemplando estudos qualitativos, observacionais e experimentais, publicados nos idiomas português, inglês ou espanhol. Também foram considerados apenas artigos publicados entre os anos de 2020 e 2026, disponíveis na íntegra e que abordassem a atuação dos profissionais de saúde no cuidado à saúde mental infantil.

Foram excluídos os estudos que não contemplavam especificamente a atuação do profissional de saúde, que não abordavam transtornos ou adoecimentos relacionados à saúde mental ou que não apresentavam como população de interesse crianças na faixa etária de 0 a 11 anos.

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, os artigos selecionados foram submetidos à leitura completa, detalhada e crítica, visando à identificação de suas principais características e achados. Foram analisados aspectos como ano de publicação, país de origem, autoria, objetivo, população, amostra e resultados apresentados.

Posteriormente, os estudos foram organizados em uma matriz de análise, estruturada conforme critérios de prioridade, contemplando características metodológicas, população estudada, intervenções, principais resultados e conclusões. A comparação sistemática dessas informações possibilitou a síntese dos achados e subsidiou a seleção final dos estudos incluídos na revisão.

Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura fundamentada em dados secundários de domínio público, esta pesquisa dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelece a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tratamento de transtornos psiquiátricos na infância abrange um cuidado não somente com o paciente, mas com todo o seu núcleo familiar. A família para o atendimento pediátrico é entendida como um agente principal, influenciando tanto positiva quanto negativamente em todo o processo de adoecimento, sendo também percebida como espaço de afeto e de relações que são imprescindíveis para a socialização dos indivíduos (Rosso, *et al*., 2020).

Sendo assim, é de papel exclusivo da equipe de profissionais da saúde, dominar não só o manejo do paciente pediátrico, mas também de sua família e seus cuidadores como um todo. Tal abrangência de conhecimento permitirá que os prestadores de cuidado em saúde consigam elaborar um manejo terapêutico integral que englobe todas as facetas que podem estar prejudicando ou melhorando o processo saúde-doença deste paciente (Rosso, *et al*., 2020).

Além disso, segundo Pande, Amarante e Baptista (2020), está dentro das funções do profissional de saúde da criança, o domínio da prescrição e administração de psicofármacos diversos que estejam aplicados ao paciente atendido. No Brasil, alguns psicofármacos são aprovados pela Anvisa para o uso da população infantil e outros são prescritos para faixas etárias sem estudos suficientes que garantam a segurança do seu uso. Assim, a prescrição de medicamentos fora das indicações aprovadas depende do julgamento do prescritor, do administrador e de sua experiência e relações com paciente, familiares e outros profissionais.

Dessa forma, é importante que o profissional de saúde domine não apenas as questões semiológicas e anatômicas do paciente pediátrico, mas também a psicofarmacologia da infância, entendendo quais os prós e contras de cada medicamento nessa faixa etária, quais impactos cada tratamento trará para seu cérebro em desenvolvimento, e as demais questões que englobam esse tipo de medicação. Por isso, é importante que enfermeiros e pediatras tenham o conhecimento do paciente como um todo, de sua rotina, suas outras enfermidades, sua dinâmica familiar e suas preferências (Pande; Amarante; Baptista, 2020).

Por outro lado, os resultados da revisão realizada por Macari *et al.* (2024) apontam que a maioria dos pacientes avaliados foi exposta a adversidades na infância, como negligência emocional, abuso emocional, físico e sexual, havendo associação significativa entre essas experiências e a sintomatologia psicológica na vida adulta. O abuso sexual destacou-se como um dos principais fatores associados a transtornos mentais adultos, com impactos mais acentuados quando ocorrido durante a infância, devido à interferência no desenvolvimento cognitivo. Entre os transtornos mais relacionados a traumas infantis, destacam-se o Transtorno de Ansiedade Generalizada, o Transtorno Depressivo Maior e o Transtorno Compulsivo Alimentar.

Com isso, os traumas infantis são um fator que merece atenção por parte do corpo clínico de cuidados com a saúde, visto que na maioria das vezes, é a razão por trás do adoecimento da criança. Os dados descritos reforçam a importância de o profissional de saúde investigar a origem do adoecimento mental durante a anamnese, reconhecendo os traumas de infância como possíveis fatores ao sofrimento psicológico atual, o que auxilia que o médico, o enfermeiro ou o psicólogo tenha mais ferramentas que possam auxiliar diretamente no processo terapêutico do paciente, melhorando seu agravamento psíquico num geral (Macari *et al.*, 2024).

Segundo o olhar de Chagas *et al.* (2021), os transtornos ansiosos estão entre os quadros mentais mais prevalentes na infância, manifestando-se por reações comportamentais, como esquiva e inquietude, reações somáticas, como sudorese e taquicardia, e distorções cognitivas que levam à percepção exagerada de ameaça. O manejo clínico deve começar pela psicoeducação, permitindo que a criança reconheça e diferencie os sintomas da ansiedade. A partir disso, o profissional pode trabalhar a identificação das cognições disfuncionais e a reestruturação cognitiva, ajudando a criança a substituir pensamentos distorcidos por interpretações mais realistas. Técnicas como o treino de relaxamento e a exposição gradual também são fundamentais, pois permitem que a criança desenvolva controle sobre suas reações físicas e confiança ao enfrentar as situações temidas.

Decorrido a isto, o cuidado do profissional de saúde ao paciente pediátrico com transtornos ansiosos, deve envolver técnicas defendidas pela literatura, para integrar o tratamento medicamentoso e terapêutico com manejo dos sinais e sintomas atuais do paciente, o que envolve práticas essenciais no cuidado em saúde mental, como a escuta ativa sobre a queixa atual, a paciência para ensinar para a criança o que exatamente ela está sentindo e porque, e como melhorar essas queixas. Dessa forma, é necessário que os cuidadores de saúde da população infantil desenvolvam práticas assistenciais a fim de otimizar a qualidade do atendimento à saúde mental do público pediátrico (Chagas *et al.*, 2021).

De acordo com o olhar de Barbarini (2020), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) não deve ser compreendido apenas como uma condição biológica, mas como

uma categoria atravessada por normas sociais relacionadas ao controle da corporalidade e das emoções infantis. A pesquisa também aponta que crianças diagnosticadas sofrem forte estigmatização, associadas a rótulos como “malcriada”, o que gera sentimentos de inferioridade e vergonha, impactando sua identidade. Por fim, observa-se que o laudo médico, embora legitime intervenções especializadas, também reforça a patologização de comportamentos que, muitas vezes, refletem lacunas mais amplas nas relações entre família, escola e sociedade.

Uma vez que o estudo evidencia o intenso estigma enfrentado por crianças com transtornos mentais, como no caso do TDAH, reforça-se a necessidade que o profissional de saúde exerça seu papel diagnóstico e terapêutico com responsabilidade e consciência. Um diagnóstico impreciso, ou conduzido sem o devido esclarecimento sobre a patologia e as formas adequadas de manejá-la, pode causar danos profundos tanto ao paciente quanto à sua família. Deste modo, entende-se que o profissional de saúde deve atuar com o objetivo de melhorar instâncias físicas, psicológicas, familiares e sociais, visto que todos estes aspectos impactam fortemente no prognóstico da moléstia da criança (Barbarini, 2020).

Segundo o olhar de Wanzeler *et al.* (2024), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige uma atuação profissional pautada em intervenções não farmacológicas específicas, com destaque para a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e a Integração Sensorial, ambas voltadas ao desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e motoras da criança. Além disso, os achados destacam a importância da detecção precoce, especialmente antes dos cinco anos de idade, sendo recomendada a triagem universal por meio de instrumentos como o M-CHAT-R/F, capazes de identificar sinais do transtorno de forma mais precisa e reduzir diagnósticos incorretos.

Em síntese, entende-se que o trabalho do profissional de saúde mental infantil, carece de estratégias não medicamentosas que promovam o desenvolvimento psíquico e social da criança, visto que a medicação representa apenas parte do tratamento direcionado ao prognóstico da doença, sobretudo o autismo. Assim, realizando estratégias diversas de terapia farmacológica ou não, o profissional de saúde garante que haja uma maior chance de uma melhoria no diagnóstico do paciente, sobretudo aqueles que receberam diagnóstico de TEA, já que, se trata de um dos transtornos que mais carece de um projeto terapêutico integralizado e individualizado (Wanzeler. *et al*., 2024).

Os transtornos mentais na infância possuem características multifatoriais, agregando aspectos biológicos, ambientais e sociais. Diante disso, destaca-se que o papel dos profissionais de saúde no manejo destes transtornos psiquiátricos ultrapassa o domínio técnico dos quadros clínicos, exigindo uma escuta ativa e sensível sobre as individualidades de cada criança em desenvolvimento.

6 CONCLUSÃO

Os transtornos mentais na infância possuem características multifatoriais, agregando aspectos biológicos, ambientais e sociais. Diante disso, destaca-se que o papel dos profissionais de saúde no manejo destes transtornos psiquiátricos ultrapassa o domínio técnico dos quadros clínicos, exigindo uma escuta ativa e sensível sobre as individualidades de cada criança em desenvolvimento. Assim sendo, a equipe multiprofissional em saúde deve atuar no reconhecimento, manejo e seguimento desses transtornos, utilizando uma atuação integrativa determinante para a identificação precoce de sofrimento psíquico.

O desenvolvimento neuropsiquiátrico infantil, por sua natureza volátil e singular, dificulta a padronização de critérios diagnósticos rígidos, tornando assim indispensável que o profissional combine parâmetros clínicos objetivos à avaliação subjetiva do impacto funcional na vida do paciente. Nesse sentido, nota-se que quadros como os transtornos ansiosos, o TDAH e o TEA exigem condutas e abordagens, desde psicoeducação e reconstrução cognitiva no manejo da ansiedade à triagem precoce e intervenções não farmacológicas no autismo, exaltando a necessidade dos profissionais de saúde compreender as particularidades clínicas dos transtornos mentais mais prevalentes na infância para pautar seus planos terapêuticos.

A centralidade da família no processo de cuidado também destaca-se como um aspecto fundamental na abordagem terapêutica, atuando tanto como fator de proteção quanto de risco, reforçando a importância dos profissionais de saúde na orientação de pais e responsáveis na construção de ambientes favoráveis para o desenvolvimento emocional infantil. Desta mesma forma, o debate sobre psicofarmacologia pediátrica evidencia que a prescrição de medicamentos psiquiátricos em crianças demanda responsabilidade redobrada e plano terapêutico estruturado pautado conjuntamente com medidas não farmacológicas, evitando-se assim prescrições inadvertidas e iatrogênicas.

Por fim, os resultados apontam que traumas e adversidades vividos na infância, como negligência e abusos, estão francamente associados ao adoecimento psíquico na vida adulta, assim como estigmas e preconceitos decorrentes de diagnósticos como TDAH e TEA podem agravar o sofrimento mental dos indivíduos ao longo prazo. Portanto, conclui-se que o diagnóstico precoce, o manejo humanizado adequado e a articulação multiprofissional com condutas integrativas e personalizadas são elementos primordiais para qualificar a assistência em saúde mental pediátrica e promover a capacitação continuada dos profissionais de saúde que atuam neste processo.

REFERÊNCIAS

BARBARINI, T. A. Corpos, “Mentes”, Emoções: Uma Análise Sobre TDAH e Socialização Infantil. Psicologia & Sociedade (Online). n. 32, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32173058 Acesso em: 16 jul. 2026

BIANCHI, B. L. *et al.* Saúde Mental Infantojuvenil nas Escolas: Percepção de Enfermeiros. Cogitare Enfermagem. v. 29 e. 93185, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cenf/a/HksT4vqwhrpXZyfXrYf934K/?format=html&lang=p Acesso em: 08 jul. 2026

CHAGAS, E. M. *et al.* Transtornos Ansiosos na Infância e o Manejo Clínico na Perspectiva da TCC. Revista Científica Multidisciplinar v. 2, n. 10 e210869, 2021. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/pt_BR/article/view/869 Acesso em: 11 jul. 2026

MACARI, M. D. B. *et al.* Influência do Trauma na Infância Sob a Saúde Mental. Revista BJIHS. v. 6 n. 2, 2024. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/1562 Acesso em: 15 jul. 2026

OLIVEIRA, B. V; SERRALHA. C. A. O desenvolvimento emocional infantil na formação médica: uma análise documental. Interação em Psicologia. 01, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373675323_O_desenvolvimento_emocional_infantil_na_formacao_medica_uma_analise_documental Acesso em: 10 jul. 2026.

PANDE, M. N. R; AMARANTE. P. D. C, BAPTISTA. T. W. F. Este ilustre desconhecido: considerações sobre a prescrição de psicofármacos na primeira infância. Ciência & Saúde Coletiva. v. 25, n. 6, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/MjgLdGkfbT5DQcjTLXBxckj/?lang=pt Acesso em: 13 jul. 2026

ROSSO, E. *et al.* Vivência de familiares de crianças com transtornos mentais. Revista de Enfermagem da UFSM (REUFSM). v. 10, e. 36, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/37292/pdf. Acesso em: 11 jul. 2026.

SANTOS, M. *et al.* Saúde mental de crianças e seus cuidadores diante da pandemia da COVID-19: Um relato de experiência a partir de vivências de uma equipe de residência multiprofissional em um CER II. Health Residencies Journal, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 107–119, 2020. Disponível em: https://hrj.emnuvens.com.br/hrj/article/view/14. Acesso em: 11 jul. 2026.

SILVA, D. G. *et al.* Repercussões impostas pela pandemia no cuidado à criança com transtorno mental em uma unidade pediátrica. Revista Gaúcha de Enfermagem. 44: e 20220273, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/658QKTKmSV7TtSnqQqx6pfL/?lang=pt Acesso em: 10 jun. 2026.

SILVA, H. T. R. *et al.* Mental Health of Children And Adolescents in Times of Pandemic and Integrative Review. Brazilian Medical Students Journal. v. 5, n. 8, 2021. Disponível em: https://revistas.ifmsabrazil.org/bms/article/view/97 Acesso em: 10 jun. 2026.

WANZELER, L. M. *et al.* Abordagens Terapêuticas em Psiquiatria Infantil: Efetividade das Intervenções Comportamentais, Ocupacionais e Farmacológicas para Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação. v. 10 n. 9, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15803 Acesso em: 09 jul. 2026.